

## Universidade e desenvolvimento regional

ANGELO PRIORI\*

É recorrente no movimento docente o argumento de que as universidades estão vivendo uma crise sistêmica. Esse argumento ganha uma dimensão mais ampla, principalmente quando os docentes estão reivindicando reajustes salariais, como está ocorrendo agora nas Universidades Públicas Paranaenses. Eu não faço parte desta parcela que acredita que as universidades estão passando por uma “crise”. Pelo menos não na acepção sociológica do termo, onde “crise” é sinônimo de uma situação repleta de problemas e a conjuntura é totalmente desfavorável. Não estamos vivendo um momento histórico de indefinições ou de riscos inquietantes, como aquele que passamos nas décadas de 1960 e 1970, sob o controle do decreto 477 e o constante regime de vigilância e de falta de liberdade acadêmica. Hoje a realidade é outra. As universidades brasileiras são instituições sólidas, o conhecimento produzido no Brasil tem se destacado no conjunto da produção mundial e as políticas públicas de incentivo à ciência e tecnologia são cada vez mais debatidas e colocadas em práticas.

Mas isso não quer dizer que estamos vivendo momentos de júbilo e regozijo. Pelo contrário: temos muitos problemas a enfrentar. Mas vamos deixar os

problemas nesse momento em *stand by* para falar das boas possibilidades das universidades, principalmente daquelas que estão radicadas no interior do Brasil. Aproveitando a experiência de quem já participou da vida universitária com funções diferentes (Presidente de Associação Docente, Vice-Reitor e Reitor), apresento algumas considerações a respeito do que imagino fundamental para que tenhamos uma universidade de qualidade e com forte impacto no desenvolvimento regional da sociedade brasileira.

As universidades, principalmente as estaduais (e elas são mais de 50 espalhadas pelo interior desse enorme Brasil) exercem um papel preponderante no desenvolvimento regional e na descentralização da produção do conhecimento e do saber.

A universidade pública, sendo patrimônio da sociedade, deve oferecer respostas concretas à sociedade. Uma dessas formas é através da extensão universitária. Em princípio, a atividade de extensão deve ser fruto da sintonia da universidade com questões de relevância social e cultural. Mas a consistência das respostas que podem ser oferecidas à sociedade depende do grau de envolvimento da universidade com essas questões. Para isso, precisamos incentivar a integração e a



\* ANGELO PRIORI é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

articulação dos grupos de pesquisa, dos departamentos, dos cursos de graduação e de pós-graduação, dos professores e dos alunos estimulando a formulação de atividades de extensão de caráter amplo, em áreas de grande interesse social. Só assim estaremos ampliando as fronteiras entre a universidade e a sociedade.

Ampliar as fronteiras entre a universidade e a sociedade significa propor a abertura da universidade para a sociedade. Isso implica em estabelecer políticas para defender e compartilhar os bens comuns, que são os conhecimentos e os saberes. São funções tanto da sociedade como da universidade, colocar o conhecimento e o saber a serviço da democracia e da justiça social. Sabemos que, no Brasil, os elos entre as universidades e a sociedade sempre estiveram voltados para alguns segmentos específicos, sobretudo os setores produtivos e as elites econômicas.

É importante reforçar a idéia de que as universidades precisam privilegiar políticas e ações, pesquisas e atividades de extensão, que a aproximem de segmentos da sociedade brasileira e de seus movimentos identificados pela exclusão social e distanciados desse espaço público de produção de conhecimento e da cultura. Precisamos ampliar a relação das universidades com o mundo do trabalho, com as organizações sociais e com os movimentos populares e sociais. Mas também é função das universidades garantir o acesso adequado e permanente aos trabalhadores à produção científica acumulada no âmbito acadêmico<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> As reflexões desses dois últimos parágrafos também foram desenvolvidas no artigo: Sete teses para a Universidade Pública Paranaense, publicada na REA No. 14, de julho de 2002.

E nada mais significativo para ampliar as fronteiras das universidades do que estimular o desenvolvimento regional e social. O Brasil é um país com grandes diferenças regionais, como existem diferenças regionais entre os estados. Diante dessa realidade, é função da universidade pensar a questão do desenvolvimento regional. Porque pensar esse tema significa pensar o papel que a Universidade brasileira exerce em relação à sociedade. Significa colocar no devido lugar as políticas públicas que esse imenso país chamado Brasil tem desenvolvido para equacionar as disparidades sociais e regionais que nos acompanham praticamente há cinco séculos. Este país só conseguirá fazer justiça social se ele implementar uma nova política regional capaz de equacionar a herança de desigualdades que caracteriza a realidade espacial do País. Essa realidade espacial combina regiões desenvolvidas e industrializadas com áreas de imensa pobreza e atraso econômico, social e cultural. É fundamental que se estimule a discussão sobre um Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, que seja um instrumento de avanço do conjunto das regiões e de apoio à sua inserção ativa no mundo globalizado.

Mas se precisamos construir uma nova política de desenvolvimento regional, precisamos também elaborar uma nova política para as universidades brasileiras. Como tem enfatizado o ex-ministro da educação e hoje senador, Cristóvão Buarque, a universidade brasileira vive uma encruzilhada, que é a mesma encruzilhada da sociedade. Ou elas (a universidade e a sociedade) caminham para: 1) continuar a modernidade técnica, desenvolvida ao longo dos últimos duzentos anos, que culminou com a brutal divisão da humanidade em dois grupos: entre

aqueles que tem acesso à ciência e tecnologia e aqueles que não tem; ou caminham para 2) construir uma modernidade ética alternativa, capaz de manter as similaridades da raça humana e de assegurar a todos o essencial do progresso científico e tecnológico.

Temos que investir nesse segundo caminho. O conhecimento universitário muito raramente consegue extrapolar os muros da universidade e entrar em sintonia com o conhecimento e com as demandas da realidade social externa a esses muros. A universidade precisa derrubar os seus muros e abrir-se para a sociedade. Não para qualquer sociedade: para aquela que produz

riqueza, que gera e distribui rendas; para aquela que se preocupa com o bem estar social; para aquela que busca a inclusão social ao invés da exclusão; para aquela que pensa a sua cidade e a sua região como um espaço importante de convivência e desenvolvimento, enfim: para a sociedade cidadã.

Queremos um futuro melhor para nós: participando do mundo global, mantendo a nossa identidade e soberania nacional e, com certeza, acabando com as disparidades regionais e sociais. A Universidade Pública pode e deve ajudar nessa empreitada. Se os governos e os dirigentes universitários não atrapalharem, já é um bom sinal.